



# sumário

## INVENIRE

Revista de Bens Culturais da Igreja

INVENIRE é uma edição do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, organismo da Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais.

**Directora** Sandra Costa Saldanha

**Conselho editorial** Ana Calvo, *Conservação e Restauro*; António Filipe Pimentel, *Arquitectura*; Artur Goulart de Melo Borges, *Inventário*; Carlos Moreira Azevedo, *Iconografia*; Fernanda Maria Campos, *Bibliotecas*; José António Falcão, *Museus*; Maria de Fátima Eusébio, *Artes Decorativas*; Nuno Saldanha, *Pintura*; Pedro Penteado, *Arquivística*; Rui Vieira Nery, *Música*; Sandra Costa Saldanha, *Escultura*

**Colaboram neste número** André Afonso; António Filipe Pimentel; Eva Raquel Neves; Gonçalo Couceiro; Henrique Leitão; Joana Pereira; João Paulo Oliveira e Costa; Joaquim Inácio Caetano; Luís Filipe Santos; Marco Daniel Duarte; Maria de Fátima Eusébio; Maria Isabel Roque; Mário Henriques Z. Cabeças; Nuno Resende; Nuno Saldanha; Patrícia de Jesus Palma; Sandra Costa Saldanha; Susana Goulart Costa

**Fotografia** Réunion des Musées Nationaux; Arquivo da Universidade de Coimbra; Arquivo Fotográfico do Santuário de Fátima; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Biblioteca Municipal de Faro António Ramos Rosa; Biblioteca Nacional de Portugal; Câmara Municipal de Setúbal/MTMG; Câmara Municipal de Peniche/CIAB; Carlos Monteiro - DGPC/ADF; Cristina Escudero; Gonçalo Couceiro; João Paulo Oliveira e Costa; Joaquim Inácio Caetano; José António Rodrigues - Publiçor; José Pessoa - DGPC/ADF; Luís Filipe Santos; Manuel Correia; Maria Isabel Roque; Mário Cabeças; Miguel Cardoso; Nuno Saldanha; Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra; Pedro Aboim Borges; Pedro Silveira; Ricardo Pereira; Rodrigo Lopes; Terra das Ideias; Vânia Kosta

**Assinaturas e publicidade** Rui Almeida

**Design e composição** SNBCI

**Impressão e acabamento** Sersilto

**Distribuição** Vasp

**ISSN** 1647-8487

**Depósito legal** 316372/10

**Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja**

Quinta do Cabeço, Porta D  
1885-076 Moscavide

t. 218 855 481; f. 218 855 461

e. [revistainvenire@bensculturais.pt](mailto:revistainvenire@bensculturais.pt)

[www.bensculturais.pt](http://www.bensculturais.pt)

### 5 Editorial

## ■ INVESTIGAÇÃO

- 6 O Magnífico Reitor: a reforma da Universidade e a actividade artística de D. Francisco de Lemos  
António Filipe Pimentel

## ■ PORTFOLIO | Diocese de Angra

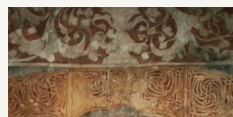
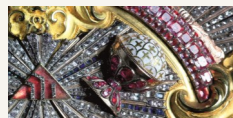
- 16 O Senhor Santo Cristo dos Milagres: um Tesouro de fé nos Açores  
A escolha de Susana Goulart Costa

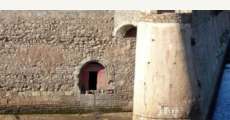
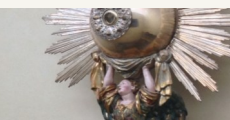
## ■ OBRAS EM DESTAQUE

- 24 Um novo exemplar de pintura renascentista: a pintura mural da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Aldeia Nova, Trancoso  
Joaquim Inácio Caetano
- 29 'Per modelli delli ornati': A pia baptismal da Igreja Patriarcal de Lisboa  
Nuno Saldanha, Sandra Costa Saldanha
- 33 De Lisboa para Elvas: Guilherme da Cruz, um escultor do tempo de D. João V na obra da nova capela-mor da Sé de Elvas  
Mário Henriques Z. Cabeças
- 39 Uma biblioteca e um seminário: a acção reformadora de D. José Maria de Melo no Algarve  
Patrícia de Jesus Palma
- 43 A análise de fontes históricas para o estudo da arte em Portugal: o caso dos apontamentos da obra de Gosende (1803)  
Nuno Resende

## ■ PERFIL | Henrique Leitão

- 47 Ciência e Fé: Um olhar imensamente positivo  
Luís Filipe Santos





## ■ CADERNO | Museus da Igreja

- 54** Musealizar o Sagrado  
Maria Isabel Roque
- 57** Os museus eclesiais e a museologia contemporânea: relações e contributos para um debate  
André Afonso
- 66** Caso a caso: algumas práticas  
Fátima: Museu do Santuário, por Marco Daniel Duarte  
Guarda: Museu Diocesano, por Joana Pereira  
Santarém: Museu Diocesano, por Eva Raquel Neves  
Viseu: Museu do Seminário, por Maria de Fátima Eusébio
- 68** José Relvas e a criação do Museu da Sé de Viseu: uma carta de 1904 a António Arroyo  
Gonçalo Couceiro

## ■ OPINIÃO

- 74** Uma cerveja impossível  
João Paulo Oliveira e Costa

## 76 ■ LIVROS

Capa: Eduardo Nery, *O Zero e o Um*, 1992.

Capela de São José da Basílica de Nossa Senhora do Rosário, Santuário de Fátima  
Foto Arquivo Fotográfico do Santuário de Fátima





# Uma biblioteca e um seminário

## A acção reformadora de D. José Maria de Melo no Algarve<sup>1</sup>

**PATRICIA DE JESUS PALMA**

Bolseira doutoramento FCT/FCSH-UNL; CHAM-FCSH-UNL

D. José Maria de Melo (10.9.1756 - 9.1.1818) foi uma personalidade controversa. Os estudos produzidos ao longo do século XIX desconsideraram-no, imputando-lhe responsabilidade pela demência da rainha D. Maria I<sup>a</sup>, a que sobreveio o facto de ter integrado, na qualidade de inquisidor geral, a comitiva portuguesa que em 1808 foi designada pelos invasores franceses a apresentar cumprimentos a Napoleão. Apenas o testemunho de D. Francisco Alexandre Lobo, seu companheiro desde a juventude, contrabalançou este retrato, não tendo sido suficiente para reabilitar D. José Maria.

Não obstante, é consensual que se tratou de um homem de vasta erudição, cuja biblioteca pessoal foi reconhecida como das melhores do seu tempo<sup>2</sup>. Desde muito jovem, iniciou o cultivo do seu espírito: começou pelo estudo das línguas e humanidades e aos 18 anos habilitou-se em Cânones na Universidade de Coimbra (24.10.1774), tendo, três anos depois, a 29.6.1777, ingressado na Congregação do Oratório de São Filipe de Néri, onde pôde desenvolver os estudos. Foi neste ambiente de “cultura das sciencias e boas letras” (Lobo, 1848: 23) que a nomeação para bispo do Algarve encontrou o oratoriano José Maria, então com trinta e um anos. Nomeado em Janeiro, tomou posse a 16 de Junho de 1787 e chegou à sua diocese a 4 de Novembro.

O Algarve vivia então um período muito peculiar da sua história. Desde a década de 60 que a região, por razões económicas, passou a ser alvo da atenção do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o que se traduziu num conjunto assinalável de análises, estatísticas, mapas, cartas e relatórios, de grande pormenor, que deram a conhecer à Coroa dados actualizados sobre a região. Toda esta literatura sustentou a profunda reforma de teor económico-administrativo que o Marquês de Pombal realizou e que, para além de poder ser entendida no âmbito das reformas pombalinas de alcance nacional, teve aqui especificidades.

Mais do que uma reforma, visou-se a “Restauração do Algarve”, que culminou emblematicamente na concepção e edificação de Vila Real de Santo António “levantada em cinco meses”<sup>3</sup>, aquela que José Eduardo Horta Correia caracterizou como a “Cidade-Poder”, pormenorizando:

“Poder do Estado que restaura uma região - o Algarve - e pretende fazer uma Cidade-Símbolo e prova exemplar dessa restauração. Poder do Estado que se define, enquanto visível afirmação de ordem, como poder-contra. Contra o caos, o obscurantismo, a ilegalidade. Mas também contra a Espanha.” (Correia, 1997: 230).

Este processo, que visou a reorganização administrativa e a integração económica da região, é adequadamente associada ao Marquês de Pombal que de facto a protagonizou. Contudo, face aos dados disponíveis, não creio que o afastamento de Sebastião José de Carvalho e Melo tenha posto fim ao impulso de vida que fora dado. Admito que o ambiente de “restauração” se tenha mantido<sup>5</sup> e se tenha alargado ao domínio cultural, onde D. José Maria de Melo, apesar de ter dirigido a diocese por um curto período, desempenhou e foi investido de um papel crucial.

Movem-nos, portanto, três questões para as quais pretendemos contribuir: ao ser nomeado bispo do Algarve, quais as linhas



Ex-libris de D. José Maria de Melo, c. 1787-1788

Foto Biblioteca Municipal de Faro António Ramos Rosa









José de Sande Vasconcelos, *Mappa resumido da entrada (...) do senhor D. Joze Maria Bispo deste Reyno*, c. 1787-1788 | Foto Biblioteca Nacional de Portugal

Instituições Canônicas, Teologia Moral e Teologia Dogmática), mas não chegou a ver a concretização do seu projecto, falecendo um ano depois.

O novo bispo começou por reformar o curso eclesiástico organizado por D. André Teixeira Palha, quer ao nível dos programas, quer dos professores, entre os quais se contaram o padre mestre Dr. Francisco Alexandre Lobo, que aqui seguimos, e o bacharel Joaquim Pedro de Costa Maciel, que o acompanhavam, dando de imediato início às aulas. Para financiar a obra, D. José Maria de Melo começou por transferir verbas da fazenda episcopal, mas logo reconheceu a necessidade de garantir, solidamente, a sustentação e o futuro do recém-criado centro de formação intelectual. Para isso, deslocou-se à Corte em Outubro de 1788 para requerer as rendas necessárias à obra, o que efectivamente conseguiu através da extinção de quatro meias prebendas da Catedral para aplicação dos seus rendimentos ao Seminário (Lopes, 1841: 462). Porém, D. José Maria de Melo não viu, sob o seu ministério, a concretização de tão auspiciosos planos, dado que nessa mesma deslocação foi nomeado confessor da Rainha D. Maria I e foi, na verdade, o seu sucessor, D. Francisco Gomes do Avelar (1739-1816), quem executou fielmente o desenho traçado, como é sobejamente conhecido.

D. José Maria não foi testemunha *de visu*, mas não perdeu o vínculo à Igreja do Algarve. Foi ele quem escolheu o bispo que o substituiu, também formado na Congregação do Oratório, garantindo desse modo a continuidade e a influência sobre a obra iniciada; manteve o título honorífico de “Bispo Titular do Algarve” a que acrescentou, devido aos cargos que lhe foram atribuídos, “Inquisidor Geral nestes Reinos e Senhorios, do Conselho de Sua Majestade, e Seu Confessor”; e, prova final da estima pela obra iniciada e do empenho com que viveu esta fase da sua vida, foi o seu testamento, datado de 1815, no qual D. José Maria de Melo fez seu herdeiro universal “o Bispo do Algarve que fosse ao tempo do meu falecimento” - deixando diversos legados à Mitra, ao Seminário e à Livraria do Algarve<sup>8</sup>.

A última vontade do “Bispo Titular do Algarve” foi contrariada e, só em 1827, família e Bispo chegaram a acordo, registado

em “escritura de ajuste” entre a Marquesa de Ponte de Lima e D. Bernardo António de Figueiredo (12.7.1827), assentando então nos legados das cruzeiras e anéis de D. José Maria de Melo à Mitra, nas rendas da Quinta da Bela Vista, do Lumiar e do Prazo de S. Lourenço para o Seminário, Livraria e Mitra. Após todo o trânsito processual, estas instituições começaram finalmente a auferir valores em 1833 e, em 1834, foram confiscadas.

Não tendo sido executada, não deixa de ser representativa a determinação de D. José Maria de Melo, em coerência, com o que quase três décadas antes traçara. Podemos, pois, afirmar, matizando as afirmações mais extremadas que sobre si têm sido tecidas, que D. José Maria de Melo, um espírito ilustrado, à semelhança de outros do seu tempo, como Frei Manuel do Cenáculo (Vaz, 2012: 77-96), guiou a sua intervenção pastoral e cultural por uma visão reformista, sustentada no amor ao conhecimento e à sua utilidade, de que a livraria que compôs para uso do Clero, a fundação do Seminário e a doação derradeira para o enriquecimento destas instituições são testemunhos.

Por outro lado, tal como Vila Real de Santo António se tornou símbolo maior da Restauração do Reino do Algarve, entendendo-se, integração económica e política, D. José Maria de Melo representou o início de um novo capítulo na história cultural da região, tendo mesmo sido reputado como um dos seus restauradores. O documento que nos permite fazer esta afirmação é o mapa desenhado pelo Engenheiro militar José de Sande Vasconcelos (1730?-1808), assinalando a recepção ao bispo que o Governador das Armas, o 6.º Conde de Val de Reis, Nuno José Fulgêncio de Mendonça e Moura, também recentemente nomeado (21.8.1786), preparou em Tavira.

A recepção oficial não era inédita. O que é inédito e revelador é o seu registo iconográfico, acompanhado por uma simbologia que creio também original. José de Sande Vasconcelos reproduziu o percurso do bispo e a recepção, encimando o desenho com três emblemas representativos das qualidades de D. José Maria de Melo, a saber:

“Sciencia, piedade e grandeza, honra da nação, glória da pátria, fortuna do Reyno e admiração de todo o mundo, exemplo de

virtudes, símbolo de heroicidade, exemplar de castidade, protector das letras, pai da pobreza, generoso, benigno, incomparavelmente piedoso” e, fechando todos estes epítetos laudatórios, surge a expressão “Restauração do Algarve”.

Esta inscrição é surpreendente e sublinho-a, não só porque ela atribui ao bispo do Algarve o lugar de protagonista nesse processo de restauração iniciado pelo Marquês de Pombal e em prossecução, mas também, e sobretudo, porque, tendo José de

Sande Vasconcelos participado activamente na edificação de Vila Real de Santo António, executando várias plantas, e em serviço na região desde 1772, produzindo múltiplos trabalhos cartográficos, não encontramos, até agora, em planta ou documento da sua lavra outra semelhante representação. Não se tratava da restauração ou integração político-económica, mas, sim, da cultural, que, pela obra iniciada e pela garantia da sua exequibilidade, creio, se pode justamente aplicar a D. José Maria de Melo. ■

1. Agradeço a João Luís Lisboa a leitura atenta e os comentários que fez a este artigo, permitindo melhorá-lo.
2. O principal argumento que é invocado é o da sua insistência junto da rainha para que reabilitasse a família Távora, pressão que, segundo os adeptos desta tese, teria sido a principal causa para a demência de D. Maria I. Cf. Silva, 1860: 41-2 e Portugal, 1904-1915.
3. Crê-se que D. José Maria de Melo doou esta biblioteca, formada durante o período em que residiu no palácio da Inquisição, à Congregação do Oratório. Actualmente, os livros que lhe pertenceram encontram-se em diversos fundos públicos e particulares, mas, a maioria enriquece os acervos da Biblioteca Nacional de Portugal e da Biblioteca da Ajuda (Campos, 2012: 71-3).
4. Sobre este processo, consulte-se Correia, 1997, em particular, os capítulos “A Conjuntura Portuguesa, o Algarve e o Reformismo Pombalino” (p. 39-57) e “O Significado de Vila Real de Santo António” (p. 221-246).
5. A nossa hipótese para o caso do Algarve é acompanhada por outros trabalhos que já comprovaram a existência de efectivas continuidades reformistas entre o período pombalino e mariano. Cf. Subtil, 1996 e Silva, 1998.
6. Agradeço à Dra. Elsa Vaz, responsável por este fundo, toda a colaboração dispensada. No âmbito do projecto de doutoramento em curso, estamos a proceder à identificação e análise das várias livrarias particulares e comunitárias existentes no Algarve nos finais do Antigo Regime, muitas das quais compõem actualmente o acervo da Biblioteca Municipal de Faro, António Ramos Rosa. No que diz respeito à biblioteca doada por D. José Maria de Melo foi já possível identificar vários títulos, sobretudo datados do século XVIII, estando a decorrer a análise sobre o conjunto.
7. O primeiro a ser instituído em Portugal foi o de Braga (1569-1572); sucedeu-lhe Lisboa (1571), mas de curta existência, pois só em 1741 foi aprovado o Colégio Patriarcal; depois Funchal (1586-1608), Viseu (1587), Portalegre (1590), Évora (1593), Guarda (séc. XVII), Miranda do Douro (1600-1766), Leiria (1674), Macau (1728), Coimbra (1748-1765), Elvas (1759), Goa (1762), Beja (1770), Porto (1783), Faro (1788-1797), Lamego (1800), Porto (1811), Luanda (1853), Beja (1884), Angra do Heroísmo (1892), Cabo Verde e Damão (1866). Isto não significou, contudo, a inexistência de formação do clero nos períodos antecedentes: os conventos, os mestres-escola, os colégios dos jesuítas e a formação contínua por meio de conferências e leituras dos livros recomendados, foram alguns dos mecanismos atinentes a suprir a falta de um Seminário, como recomendara o Concílio (Cf. Duarte, 2005: 277-88 e Clemente, 2001: 220-5).
8. Não o pude localizar, por se tratar de um testamento cerrado: foi feito a 20/07/1815 e aberto a 09/01/1818, logo após a sua morte. O conteúdo é parcialmente conhecido pela escritura de ajuste, realizada a 12/07/1827, entre a Marquesa de Ponte de Lima e o Bispo do Algarve, D. Bernardo António de Figueiredo (ANTT, cota PT-TT-VNC-Q-4107). Esta escritura foi o resultado da contestação que a Marquesa dirigiu ao conteúdo do testamento de D. José Maria, por este ter deixado como seu “herdeiro universal o Bispo do Algarve que fosse ao tempo do meu falecimento” (In Escritura de Ajuste). Ora, como nessa data estava vaga a Diocese do Algarve, a família considerou que o testamento deveria, nessa parte, ser invalidado e os bens serem restituídos à família. Após vários anos de batalha judicial, foi celebrada a escritura amigável de ajuste, como modo de dar por concluído o processo. ANTT, cota PT-TT-VNC-Q-4107.

## BIBLIOGRAFIA

### ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Escritura de ajuste, amigável composição e obrigação entre o Bispo do Algarve, par do reino, ministro e secretário de estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça com a Marquesa de Ponte de Lima, como tutora de seus filhos, sobre o testamento do bispo, Inquisidor Geral, D. José Maria. Ponte de Lima. 1827, 15 fls. (Cota PT-TT-VNC-Q-4107).

### BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

MELO, José Maria [1787] - [cartas] Miscellanea historico-política e litteraria - Registo de Papeis Curiosos, concernentes á Historia Antiga e Moderna. fls. 5-6. (Códice 8058).

VASCONCELOS, José de Sande [1787/1788] - Mappa resumido da entrada [em Tavira] que o ill.mo e ex.mo senhor conde de Val de Reis mandou fazer a ill.ma pessoa do ex.mo er.mo senhor D. Joze Maria Bispo deste Reyno. Tavira: Mapa Manuscrito. (Cota cc-1032-r).

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (2012) - Espólios das extintas livrarias religiosas nas colecções da Biblioteca Nacional de Portugal: um (re)encontro. In MEDEIROS, Filipa et al., Coord. - *Acervos Patrimoniais: novas perspetivas e abordagens*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 59-75.

CLEMENTE, Manuel (2001) - Seminários (diocesanos, do continente e ilhas adjacentes). In AZEVEDO, Carlos Moreira, Dir. - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores - Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Vol. P-V, p. 220-225.

CORREIA, José Eduardo Horta (1997) - *Vila Real de Santo António*:

*Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto: FAUP Publicações.

DUARTE, Afonso da Cunha (2005) - *Igreja e Instituições Religiosas*. São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes.

LOBO, D. Francisco Alexandre (1848) - Elogio Historico do Ex.mo e Rev.mo Bispo Inquizidor Geral D. José Maria de Mello. In *Obras de D. Francisco Alexandre Lobo*. Lisboa: Typ. José Baptista Morando. T. II, p. 1-60.

LOPES, João Baptista da Silva (1841) - *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do Reino do Algarve*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 2 Vols.

PORTUGAL (1904-1915) - *Portugal Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. (2000-2010 [1904-1915]). Edição electrónica: Manuel Amaral. Disponível em: [www.arqnet.pt/dicionario/melojosemaria.html](http://www.arqnet.pt/dicionario/melojosemaria.html).

SILVA, Ana Cristina Nogueira da (1998) - *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa.

SILVA, Innocencio Francisco da (1860) - D. José Maria de Mello. In *Dicionário Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional. T. V, p. 41-42.

SUBTIL, José (1996) - *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: U.A.L.

VAZ, Francisco António Lourenço (2012) - A ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo. In MEDEIROS, Filipa et al., Coord. - *Acervos Patrimoniais: novas perspetivas e abordagens*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 77-96.